

HABEAS CORPUS Nº 502.075 - PE (2019/0093426-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : LUIZ MARINHO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : LUIZ MARINHO DO NASCIMENTO - PE0037546
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : WELLINGSON LUCINDO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Wellingson Lucindo da Silva**, apontando-se como autoridade coatora o Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que indeferiu o pedido liminar nos autos do HC n. 0000999-41.2019.8.17.0000/PE (fls. 26/28).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em **31/1/2019**, com outros três acusados, pela suposta prática dos crimes tipificados no art. 296, § 1º, III, c/c os arts. 328, parágrafo único, e 288, todos do Código Penal, pois, consoante *notitia criminis*, foi surpreendido por policiais enquanto ostentava símbolos de identificação da polícia civil e, sob o pretexto de ser policial civil, tentava obter vantagens de funcionários de estabelecimento comercial (supermercado) – fls. 17/21.

Em audiência de custódia, o Juízo decidiu pela conversão da prisão em preventiva, aludindo à periculosidade da conduta e ao risco de reiteração delitiva (Processo n. 0000648-63.2019.8.17.0810) – fls. 22 e 23:

[...] Como cediço, as prisões de natureza cautelar somente podem ser impostas - ou mantidas - caso haja a demonstração da efetiva necessidade de restrição ao sagrado direito de liberdade. A regra em nosso ordenamento jurídico é a liberdade dos cidadãos, decorrente do princípio constitucional da presunção de inocência, sendo a prisão cautelar uma medida de exceção, que cumpre a importante missão de diminuir os efeitos da ação criminosa, quando não os afastar por completo, bem como da coleta imediata da prova, para o devido esclarecimento dos fatos. Fora isso, a prisão cautelar só se justifica se for indispensável para garantir a ordem pública, a ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da Lei Penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria, conforme dicção do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva deve estar fundamentada nos requisitos, cumulativos, estabelecidos no art. 312, quais sejam, *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis*. Quanto ao *fumus comissi delicti*, este é traduzido em prova da materialidade e indícios suficientes de autoria. Quanto ao *periculum libertatis*, este se reflete na garantia da ordem pública, na aplicação da lei penal ou na garantia da instrução criminal.

No caso dos autos e sem maiores delongas, entendo que não é recomendável a

liberdade dos autuados, neste momento preliminar, sendo imperiosa a conversão da prisão em preventiva. Explico. Há no caso prova da materialidade do fato tendo em vista o auto de apresentação e apreensão acostado, que atesta a apreensão de vários objetos e documentos que indicam as práticas nas quais os autuados estão incursos, além dos depoimentos colhidos. Ademais, há indícios de autoria, seja pelos depoimentos dos policiais ouvidos no auto, seja pelas próprias informações fornecidas pelos autuados, sendo certo que este momento não se presta a análises meritórias, cabendo ao Juízo Natural fazer incursões meritórias, inclusive analisar a negativa dos autuados, não sendo crível, neste momento, a alegação de desconhecimento da ilicitude do fato. Importa destacar que neste momento há de se considerar os elementos informativos colhidos até então, mormente as informações que constam do auto de prisão, com narrativa circunstanciada dos fatos imputados aos autuados, indicando que eles teriam falsificado documentos, identificando-se como agentes de polícia, com atuação relativa a menores, com informes de uso de algemas e bala clavas. **Segundo consta, os autuados ingressariam em estabelecimentos comerciais, identificando-se como agentes públicos, portando algemas, havendo relatos, inclusive, no sentido de que um deles teria colocado a mão na cintura para supostamente demonstrar que possuía arma de fogo, ensejando possivelmente sensação de ameaça por parte daqueles que presenciam a prática. Insta destacar que, conforme relatos, a prática ensejava benefícios aos autuados e era feita há algum tempo, o que indica a periculosidade social e a reiteração de atos contrários à Lei. Embora os autuados RAFAEL, WELLINGTON, ERICSON não registrem antecedentes criminais, sabe-se que eventuais condições favoráveis, por si só, não afastam a possibilidade do decreto construtivo, se presentes os requisitos, como é a hipótese. Além de se tratar de crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos, observo a necessidade de se garantir a ordem pública, a qual se traduz na manutenção da paz e tranquilidade social, impedindo que, com a liberação dos infratores, os mesmos voltem a cometer reiteradas condutas criminosas. De se destacar que o autuado JOSÉ MARIA já fora preso por fato semelhante, estando ciente de que tal prática era crime, insistindo em agir contra a Lei. Ademais, todos os demais autuados informaram que possuíam as carteiras e que JOSÉ MARIA era o "presidente" da organização/instituição. A ideia da garantia da ordem pública não se limita a prevenir a reiteração de fatos criminosos, mas também assegurar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime e sua repercussão. Assim, neste momento preliminar, observo a necessidade de se garantir a ordem pública, a qual se traduz na manutenção da paz e tranquilidade social, impedindo que, com a liberação dos infratores, eles voltem a cometer reiteradas condutas criminosas. Demais disso, entendo evidenciada a imprescindibilidade da segregação preventiva para o bem da ordem pública, em razão da gravidade concreta dos delitos em tese praticados e da periculosidade dos agentes. Não há dúvidas de que a soltura açodada dos autuados neste momento seria potencialmente geradora de riscos à sociedade local, já tão assacada pelos devastadores e nocivos efeitos dos mais diversos tipos de delito, respaldando a necessidade da manutenção da custódia processual como incontestada forma de garantia da ordem pública, podendo o Juízo Natural competente reanalisar a questão. Isto posto, e por tudo o mais que dos autos consta, preenchidos os pressupostos e as circunstâncias necessárias ao embasamento do decreto prisional, nos termos do art. 310, II, e art. 312, do CPP, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA dos autuados, indeferindo o pleito liberatório, sem prejuízo de posterior reavaliação pelo Juízo Natural competente.**

A decisão, então, foi atacada mediante *habeas corpus* impetrado na Corte de origem (HC n. 0000999-41.2019.8.17.0000/PE), cujo pedido liminar foi indeferido.

Daí, sobreveio o presente *writ*, no qual o impetrante sustenta a existência de ilegalidade flagrante no indeferimento do pedido liminar.

Aduz, em síntese, que o decreto de prisão está calcado em fundamentação inidônea, firmado na gravidade abstrata do crime e no suposto risco de reiteração delitiva, sem demonstração de periculosidade concreta que transcenda os elementos do tipo (fls. 3/14).

Requer, assim, seja concedida a liberdade provisória, mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Na espécie, seria aplicável, em princípio, o enunciado da Súmula 691/STF, observado também por este Superior Tribunal, segundo o qual não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*.

Ocorre que, do exame dos autos, nesse juízo preliminar, parece-me o caso de existência de ilegalidade na motivação da prisão cautelar.

Isso porque as circunstâncias do caso não revelam, à primeira vista, a imperiosidade da adoção da medida cautelar mais gravosa, mormente porque se trata de crime supostamente cometido sem violência nem grave ameaça à pessoa, além de não haver indicação concreta do risco de reiteração.

Ademais, as circunstâncias referenciadas pelo Juízo, em princípio, não autorizam a conclusão no sentido da necessidade de prisão, notadamente porque o *modus operandi* empregado não destoa daqueles já previstos nos tipos penais, além do que o paciente ostenta a condição de primário e não há notícia, até então, de que tenha se envolvido em prática delitiva similar.

Importante salientar que, com o advento da Lei n. 12.403/2011, a prisão cautelar passou a ser, mais ainda, a mais excepcional das medidas, devendo ser aplicada

somente quando comprovada a inequívoca necessidade, devendo-se sempre verificar se existem medidas alternativas à prisão adequadas ao caso concreto.

Assim, considerando as peculiaridades do caso, **defiro** a medida liminar para, por ora, substituir a prisão preventiva imposta ao paciente por medidas cautelares, a serem implementadas pelo Juízo de origem, consistentes em: a) comparecimento mensal em juízo para informar e justificar suas atividades; b) proibição de ausentar-se da comarca sem autorização judicial; c) proibição de manter contato com os demais indiciados, sem prejuízo da aplicação de outras cautelas pelo Juiz do processo ou de decretação da prisão preventiva em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força das cautelares ou de superveniência de motivos concretos para tanto (Processo n. 0000648-63.2019.8.17.0810, em curso na 2ª Vara Criminal da comarca de Jaboatão dos Guararapes/PE).

Ressalte-se que o deferimento da liminar nestes autos não torna prejudicado o *habeas corpus* originário.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator